[Recensão a] JOSÉ IGNÁCIO SANCHÉZ ALBALÁ e DIEGO VINAGRE NEVADO, Corpus de Inscripciones Latinas de Coria, “Temas Caurienses”, 1

Autor(es): Mantas, Vasco Gil

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37678>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_41_16

Accessed : 26-Apr-2023 12:36:25

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

CONIMBRIGA

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

VOLUME XLI - 2002

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Enfim, lacunas que, numa segunda edição, certamente com facilidade serão colmatadas. E, na verdade, o trabalho em apreço, embora não nos parecendo dirigir-se a um público diversificado, acabará por ter importante papel na divulgação do património arqueológico do concelho. Do ponto de vista científico, dada a abundância de informação veiculada, virá a ser, sem dúvida, uma referência obrigatória no âmbito das investigações histórico-arqueológicas no território de Alcácer.

ANA PAULA RAMOS FERREIRA

JOSÉ IGNÁCIO SANCHÉZ ALBALÁ e DIEGO VINAGRE NEVADO, *Corpus de Inscripciones Latinas de Coria*, “Temas Caurienses”, 1, Coria, 1998, 133 páginas, ilustrado.

A obra que aqui apresentamos representa um louvável esforço para actualizar os trabalhos já existentes sobre a epigrafia latina da cidade de Coria, a antiga *Caurium*, situada na província de Cáceres da região estremenha espanhola. Trata-se do primeiro volume de uma colecção editada pelo *Ayuntamiento* cauriense e que, como os autores afirmam na introdução, tem características divulgativas e científicas (p. 7). Apesar da primeira destas intenções nos parecer melhor conseguida que a segunda, não podemos deixar de elogiar os esforços dos autores para conferirem ao *Corpus* a qualidade científica que hoje se deve exigir a publicações desta natureza.

Como dissemos, o trabalho de Sánchez Albalá e de Vinagre Nevado ocupa-se das inscrições romanas de Coria, o que o torna particularmente interessante atendendo à localização da cidade no centro da província Lusitânia, com evidentes e naturais afinidades com a Beira Interior, confinando com os *Igaeditani*. O catálogo inclui um conjunto de 101 epígrafes, 96 das quais atribuídas a Coria e 5 onde se referem caurienses, provenientes de outros locais. O catálogo insere inscrições perdidas e simples fragmentos, procurando recolher tudo o que possa apresentar interesse, ainda que a ordem de apresentação nem sempre seja clara. O número de epígrafes recolhidas, mesmo descontando as que devem ser excluídas por não serem antigas ou por se encontrarem duplicadas, ultrapassa significativamente o quantitativo dos monumentos publicados na obra que constitui ainda referência para a epigrafia romana da província de Cáceres (R. Hurtado San Antonio, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas*, Cáceres, 1977, p. 120-134), em número de 51. A obra está dividida em duas grandes secções, o catálogo (p. 9-116) e os anexos (p. 117-128), seguidas pela bibliografia (p. 129-131), lista de abreviaturas e índice geral (p. 132-133).

No catálogo as inscrições estão agrupadas pela seguinte ordem: votivas, funerárias, indeterminadas, inéditas e aparecidas fora de Coria. Os anexos contam

com um estudo onomástico e respectivo índice, bem como índices toponímicos, de *gentilitates*, de divindades e de tribos romanas, seguindo um esquema inspirado no *CIL*. A obra tem uma agradável apresentação gráfica, ainda que grande parte das fotografias seja pouco nítida, impossibilitando qualquer tentativa de leitura. Em certos casos tal circunstância parece dever-se à situação actual das epígrafes, de difícil acesso (n.º 6, 80, 86, por exemplo), mas nem sempre assim acontece (n.º 8); outras não foram fotografadas, sem que os autores avancem qualquer explicação para o facto (n.º 30, 35, 38). Uma das fotografias encontra-se invertida (n.º 70) e uma outra é interpretada pelos autores ao contrário, bastando verificar a posição das palmas que decoram o monumento (n.º 81). Cremos que a publicação merecia um maior cuidado na qualidade das ilustrações.

Faremos desde já algumas observações acerca da organização da obra. Para quem não conhece a topografia de Coria seria muito útil a localização dos diferentes achados epigráficos numa planta da cidade, o que poderia contribuir para uma melhor compreensão da estrutura urbana na época romana. Embora os autores tenham considerado uma secção para as inscrições não encontradas em Coria, a verdade é que no catálogo geral foram incluídos monumentos achados fora da cidade (n.º 25, 60). Como 4 dos 5 monumentos apresentados na referida secção (p. 115) são provenientes da região de Coria não se compreende a diferença de critério. Também não é clara a razão que levou a traduzir apenas a epígrafe de Bath (*Aquae Sulis*), na Inglaterra (*ILS* 2517), e não as restantes. Acrescentemos ainda que a leitura do nome do pai do soldado recordado no epitáfio é *Mantai* e não *Mariai*, como a observação da fotografia permite verificar facilmente (p. 113). Os autores esqueceram outro cauriense, também militar, cuja epígrafe funerária se achou em Gales, *C. Iulius Candidus* (*EE* IV 670).

Também a separação, no catálogo, das inscrições inéditas nos merece algumas reservas. Tal facto não ajuda à compreensão dos diversos grupos de epígrafes. A intenção dos autores foi, sem dúvida, a de conferir maior relevo às inscrições ainda não publicadas (p. 91-111), mas num *Corpus* como este tal não era necessário, bastando a menção de inédita. Menos compreensível ainda é a inclusão na secção das inscrições funerárias de um cipo cuja epígrafe, completa, se limita a *Dis/Manibus/Sacrum* (n.º 34). Julgamos que teria ficado melhor entre as inscrições votivas. Os fragmentos de monumentos, anepígrafos, podiam também ter sido reunidos com vantagem num grupo específico (n.º 79, 81, 82, 93, 94). O monumento n.º 94, publicado como uma ara de libações é, na verdade, um *pulvinum*, elemento pertencente ao coroamento de uma ara de grandes dimensões, tipo de monumento funerário bem documentado em Mérida, Idanha-a-Velha e *Ammaia*, para citar apenas localidades da Lusitânia central (Vasco Mantas, *A sociedade luso-romana do município de Ammaia*, “Sociedad y Cultura en Lusitania Romana”, Mérida, 2000, p. 408).

No catálogo foram incluídos alguns monumentos epigráficos que são nitidamente modernos (n.º 69, 72). No primeiro caso, para além da ambiguidade do texto e das características da decoração da moldura, ornada com uma espécie de peltas, nada clássica, o tipo de letra, com destaque para a grafia do E, T e M não

permite dúvidas quanto a uma datação quinhentista ou seiscentista, lembrando as famigeradas inscrições de Alcântara de Barrantes Maldonado; no segundo caso a reconstituição do texto e o tipo de letra, mais uma vez, garante uma datação semelhante à da epígrafe anterior, acerca de cuja cronologia os autores não emitiram opinião. Algumas inscrições, como já dissemos, encontram-se duplicadas, apesar de Sanchéz Albalá e Vinagre Nevado o reconhecerem em todos os casos (n.º 27=28, 32=33, 50=51, 63=64). Teria sido mais correcto atribuir-lhes o mesmo número e tratar no comentário da questão da duplicação.

Na descrição das epígrafes os autores adoptaram um modelo muito simples. Uma reprodução gráfica, linha a linha, da inscrição, acompanhada de uma fotografia, transcrição desenvolvida e tradução, antecedem a descrição arqueológica e comentário. No final indica-se a bibliografia do monumento. Apesar de prático este modelo afasta-se bastante do que na actualidade se utiliza nos *corpora* epigráficos. A reprodução gráfica das epígrafes só tem interesse quando se mantêm as posições relativas das letras e dos espaços ilegíveis, de forma a possibilitar reconstituições e propostas de leitura alternativas, o que normalmente não se verifica nesta obra. Na verdade, este processo só seria aplicável se a reprodução da inscrição fosse um fac-símile, obtido a partir de um decalque ou de um desenho executado directamente sobre a pedra.

Também a indicação das variantes de leitura teria a ganhar se feita linha a linha, como no volume dedicado à epigrafia de *Conimbriga* (J. Alarcão/R. Étienne, *Fouilles de Conimbriga*, II, Paris, 1976) por exemplo, e não no interior do comentário. É verdade que as normas de publicação, apesar de uma discussão que se iniciou há décadas e que tem sido regularmente retomada, ainda não ganharam uma uniformidade reconhecida de forma geral pelos investigadores. A mesma observação vale para a indicação dos nexos, nunca indicados na reprodução nem na transcrição e relegada para o comentário. Acresce que nem todos foram identificados, o que em certos casos, alterou a leitura de antropónimos. Eis alguns exemplos: na inscrição n.º 17, a estela funerária de *Aunia Tancini f(ilia)*, os autores lêem *Auna*, ignorando o nexa NI, bem nítido, e a leitura da inscrição seguinte (n.º 18) onde se encontra o mesmo antropónimo, *Aunia Iucundi f(ilia)*; na inscrição n.º 45 a leitura da 1.6 é, seguramente, *Medami* e não *Meomi*; na inscrição n.º 56 o nexa TI na palavra *Rusticus*, na 1.2, também não é indicado; na inscrição n.º 67 a falta do nexa PI, na 1.1, transforma o antropónimo *Capitonis* em *Cai(n)onis*.

A organização dos índices, embora funcional, poderia ter incluído uma listagem das fórmulas finais utilizadas nas inscrições. Quanto ao índice onomástico a sua estrutura, apresentando os antropónimos por ordem alfabética e sem distinguir entre onomástica indígena e latina, assim como sem atender à classificação normal como *prenomina*, *nomina* e *cognomina*, não corresponde à metodologia usual. Teria sido também útil uma relação rigorosa dos diferentes tipos de monumentos epigráficos, entre os quais predominam largamente as estelas, nomeadamente as de topo arredondado. No conjunto dos monumentos cujo tipo não levanta dúvidas contam-se 53 estelas contra 1 placa, 1 cipo, 1 cupa e 5 aras.

A análise sociológica destes monumentos, mesmo efectuada rapidamente, não deixa de fornecer algumas informações interessantes quanto aos níveis culturais e sociais de quem os ordenou, correspondendo a placa (n.º 43), a cupa (n.º 54) e a ara não votiva (n.º 66) a indivíduos portadores de uma antropónimo completamente latina, no primeiro caso representando uma família olisiponense. O granito é o material utilizado nos monumentos, com excepção da placa e da ara já referidas, em mármore, o que permite distinguir imediatamente o estatuto sócio-económico privilegiado destes habitantes de *Caurium* e os seus hábitos culturais distintos.

Uma análise estatística das dimensões dos monumentos poderia ter dado algumas indicações sobre a presença de oficinas trabalhando para a clientela cauriense, questão que os autores apenas afluam a propósito de uma invulgar inscrição dupla (n.º 92). Muitas das estelas possuem dimensões que sugerem uma mesma origem, caso da medida da largura, que repete frequentemente o valor de 44 centímetros (1,5 pés romanos). Alguns pormenores tipológicos mostram semelhanças evidentes com monumentos da *Civitas Igaeditanorum*. É o caso, por exemplo, das estelas, algumas de topo triangular, e de grande parte dos elementos decorativos. Numa das estelas (n.º 11), o monumento é classificado no texto como *cipum*, o que consiste numa contribuição interessante para a terminologia regional dos monumentos funerários.

Outro aspecto da obra que nos merece reflexão é o que se prende com a sistemática atribuição pelos autores de uma condição servil a todos os indivíduos que na denominação não contam com a filiação expressa directamente. Ora, se nalguns casos o antropónimo em nominativo seguido de outro em genitivo pode ser interpretado como indicativo de dependência, nem sempre assim acontece, particularmente em regiões menos romanizadas. A filiação subentendida, sem presença da sigla F, é muito frequente na Lusitânia central e de há muito reconhecida pelos epigrafistas (A. Blanco Freijeiro, *El puente de Alcántara en su contexto histórico*, Madrid, 1977, p. 4), o que justifica muita cautela quando se pretende interpretar de outra forma. Na verdade, se aceitássemos a totalidade das interpretações dos autores teríamos uma excepcional percentagem de escravos representados epigraficamente entre a população cauriense.

A indicação da *origo* nas inscrições de Coria também se reveste de alguma singularidade, correspondente a um estádio cultural próprio da maioria da população da Lusitânia central, como é o caso da filiação subentendida, exprimindo uma mentalidade muito marcada pela ruralidade, mesmo quando se projecta em ambientes urbanizados. Assim, embora seja habitual considerar a indicação da *origo* como normal quando ocorre numa área distinta, a verdade é que são muito numerosas as epígrafes de Coria que incluem a referência, abreviada, em sigla ou por extenso, da naturalidade. Esta é outra das características da epigrafia local que se encontra também entre os *Igaeditani*.

Dois reparos a propósito de *Arcobriga* (n.º 5) e de *Arabriga* (n.º 24). Os autores ignoram a possibilidade de a povoação se situar na Lusitânia (A. Tranoy, *La Galice romaine*, Paris, 1981, p. 284-285), no caso de *Arcobriga*, e em relação

a *Arabriga* passam em silêncio a localização dos arabrigenses na zona de Armar, confirmada epigraficamente (Jorge de Alarcão, «Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios», *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, p. 29-31). Recordamos que a *Arabriga* citada por Ptolomeu (*Geogr.*, II, 5) não deve ser considerada como a que a célebre inscrição da ponte de Alcântara indica (*CIL* II 760), tratando-se, com toda a probabilidade, de uma grafia errônea de *Ierabriga*. O *corpus* epigráfico de Coria apenas contém duas referências a tribos romanas (n.º 46, 57), em inscrições infelizmente desaparecidas. A primeira refere um tal *L. Valerius Severinus*, da tribo Quirina; a segunda levanta grandes problemas de interpretação, como os autores reconhecem. Julgamos a leitura *P[api]r[ia]*, na 1.2, francamente duvidosa, tendo em conta, inclusive, o que resta dos antropónimos.

Algumas observações sobre meia dúzia de inscrições antes de terminar esta apreciação de uma obra que vai, sem dúvida, obrigar os investigadores a retomar a análise da epigrafia cauriense e das suas relações com as áreas circundantes. Começamos com a inscrição n.º 27=28, particularmente interessante pelo suporte, uma estela de topo arredondado com a representação de duas figuras de aspecto infantil apoiadas em crescentes lunares (Dióscuros?). Do texto consta o seguinte: *Camirae. Adlori.f.et Pauge/moe Talabi f et. Aveleae. Callaeti. f. Sunula. Alboni. f/ ma.filia*. Para além dos aspectos paleográficos, arcaicos, como o F e o E representados por traços verticais, o facto das filhas de *Sunua* terem todas pais diferentes merece um comentário que os autores não delinearão. Como explicar esta circunstância? Julgamos possíveis duas hipóteses: um caso de tripla adopção ou, o que representaria um testemunho precioso do tão comentado matriarcado da sociedade céltica ou celtizada, o resultado de três ligações diferentes de *Sunua*.

A inscrição seguinte tem características completamente diferentes (n.º 43). Trata-se de uma placa em mármore, com o campo epigráfico singelamente demarcado por uma ranhura. O texto é o que se segue: *Iulia. Avita/ olisiponens/ anno. X.h.s.e.s.t.t.l./ C. Iulius. Quintio/ et Iulia. Filiae/ faciendum. Cur/ [...]*. Não é exactamente esta a versão dos autores, que consideram na 1.4 uma tal Caia Júlia, serva de Quinto, o que é evidentemente um erro que a observação da fotografia permite corrigir, aliás de acordo com uma proposta de leitura que Sánchez Albalá e Vinagre Nevado se limitam a citar, extraída de uma tese inédita de Saponi Sérgio, apresentada em Cáceres (p. 57, 131). As relações do grande porto lusitano da foz do Tejo com o interior da província estão representadas da melhor forma nesta epígrafe.

A inscrição que seleccionámos em terceiro lugar é de iniciativa de um militar (n.º 62): *Tongius/ Viroti. an/ LXXX. Catue/nus. Tongi. f/ VII. es eques A/lae Primae. N/ [...]*. Temos aqui um testemunho de recrutamento provincial, com referência a três gerações, representadas por *Virotus*, *Tongius* e *Catuenus*. Não cremos, contrariando os autores, que *Tongius*, o pai do militar, tenha sido escravo. A 1.7, em muito mau estado, dificilmente poderá ser lida. Ainda assim, considerando que a primeira letra da denominação da unidade é um N, não se tratará de *Ala Noricorum*, em guarnição na região de Colónia na época flaviana? Cremos que uma boa fotografia ou um bom decalque poderão adiantar alguma coisa nesta questão.

No monumento seguinte, uma imponente ara em mármore com a inscrição rodeada por uma bela moldura vegetalista, voltamos a encontrar o problema do pretense estatuto servil (n.º 66), que também não aceitamos neste caso: *Vitelliae/ / Silonis. f/ Tertullae/ Antistia/ Vitalis/ matri*. Julgamos, até pela paginação da epígrafe, que se verificou a omissão do F, se é que não foi gravado em tamanho reduzido, como sucedeu com o segundo L de *Tertullae*. A análise da fotografia da inscrição n.º 88, gravada numa estela de topo circular, também nos obriga a rectificar a interpretação transmitida pelos autores. Não encontramos nenhuma razão para considerar as duas mulheres referidas na inscrição, mãe e esposa do defunto, respectivamente como escrava e liberta, sendo necessário rectificar a lição da 1.4 e da 1.7. Eis a nossa proposta: *Flaus Cael/si. f. an.XXX/ Laurilla/ Lauri.filio/ suo. f. c. et/ Fuscilla/ Fusc. mal/rito. suo/ f.c.h.s.e.s. t/t.l.* A formação dos nomes femininos não deixa dúvidas quanto à sua derivação dos patronímicos. Na 1.7, onde os autores lêem *Fuso l.m* deve ler-se, sem hesitação *Fusci.m*.

Vejamos agora a inscrição n.º 90, um miliário sem indicação do local de achado, ainda que possa ser a própria cidade de Coria. Apesar de quebrado, o que resta da inscrição é suficientemente importante para que o monumento mereça destaque, como os autores reconhecem. O texto sobrevivente permite atribuir o miliário ao imperador Augusto: *Impl/ Caesa[r]/ Divi. [f]/ Augu[.] / [...]*. Sánchez Albalá e Diego Vinagre consideram a possibilidade do miliário ter pertencido a uma via entre *Caurium* e *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo). Se esta hipótese é realmente aceitável, a verdade é que o miliário poderia igualmente testemunhar uma via de ligação com Idanha-a-Velha ou com a região do Sabugal, de onde ganharia a Serra da Estrela. Como não conhecemos o ponto exacto do achado tudo se limita, afinal, a conjecturas. De positivo fica a certeza da existência de uma grande via romana na zona de Coria nos primeiros tempos do Império. Por isso, só por lapso os autores podem ter atribuído o miliário a meados do século I.

O índice antroponímico constitui um dos grandes contributos da obra, embora a classificação dos antroponímicos de quando em quando suscite reparos, pois ocorre confusão entre indígena no sentido étnico e onomástica latina em meio indígena. Menos compreensível é a afirmação dos autores estranhando a mistura de nomes indígenas e latinos (p. 59), circunstância não apenas vulgar mas característica da romanização da região central da Lusitânia. Sem podermos realizar uma análise exaustiva exprimimos apenas a nossa estranheza por encontrarmos antroponímicos como *Apper*, *Celer*, *Iucundus* ou *Quadratus* classificados como indígenas. A antroponímia grega ou grecizante destaca-se pela ausência. Apenas um caso pôde ser indicado pelos autores, um liberto de nome *Atticus* (n.º 12), bom exemplo da onomástica de base geográfica. A abundância da antroponímia de origem grega na região dos *Igaeditani* e a sua modéstia em Coria pode explicar-se por diferenças essenciais na economia das duas regiões, minas e serviços, numa, agricultura e pecuária noutra.

Como sucede com outros centros urbanos da Lusitânia romana, o problema do estatuto de *Caurium* continua a suscitar dúvidas e a epigrafia não produziu, até agora, nenhum testemunho incontroverso, ainda que uma inscrição refira um

cidadão da tribo Quirina. Município flávio, ou como alguns pretendem *oppidum* latino? A própria atribuição aos Vetões ou aos Lusitanos também não é indiscutível, pois se Plínio-o-Antigo se limita a considerar os caurienses entre os estependiários da Lusitânia (Plínio, *N.H.*, IV, 116-118), Ptolomeu indica-os claramente como Lusitanos (*Geogr.* II, 5, 6). Em obra recente Salinas de Frías, embora admitindo a sua inclusão na Vetónia, usou de prudência quanto à integração administrativa de *Caurium* e ao seu estatuto (M. Salinas de Frías, *Los Vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la Meseta*, Salamanca, 2001, p. 88-95), reflectindo a dificuldade da questão. Cremos que em determinado período do Alto Império se verificaram na zona central da Lusitânia alterações administrativas com reflexos sobre os limites entre Lusitanos e Vetões, como uma interessante inscrição de Alconétar, no Museu de Cáceres, parece comprovar (M. Beltran Llorís, *Museu de Cáceres. Sección de arqueología*, Madrid, 1982, p. 87).

Os problemas que subsistem em relação ao estatuto de *Caurium* não são os únicos em aberto. A datação da imponente muralha da cidade, onde foram reutilizados tantos materiais provenientes da destruição das necrópoles romanas, continua a provocar discussões entre os especialistas. Construída na fase final do domínio romano, com grandes reconstruções na Alta Idade Média, como parece, a muralha cauriense dá bem a medida das dificuldades com que a arqueologia se defronta em situações marcadas pela quase total ausência de fontes escritas. É o tipo de trabalho laboriosamente conduzido por Sanchéz Albala e Vinagre Nevado que pode facultar informações decisivas para o esclarecimento deste e de outros problemas. Como os autores sublinham, *el papel que jugaría Caurium como núcleo romano está aún em debate [...] no obstante, creemos que vamos a aportar com este catálogo Epigráfico nuevas bases para esse debate* (p. 8). Assim é, na verdade, e com isso nos congratulamos, aguardando que o *Ayuntamiento* de Coria continue a apoiar e a estimular os estudos arqueológicos para maior ilustração desta nobre cidade estremenha.

VASCO GIL MANTAS

NOE VILLAVERDE VEGA, “*Tingitana. En la antigüedad tardía. (siglos III-VII)*”, Real Academia de la Historia, 2001.

El estudio sobre los vestigios de la civilización romana, repartidos por todos los ámbitos de la geografía mediterránea, ha tenido un tratamiento muy desigual por parte de los investigadores de la Antigüedad.

Mientras que algunas provincias romanas tradicionalmente han sido y son objeto de notables estudios, otras provincias por diversas circunstancias, no han suscitado tanto interés, e, incluso, a falta de renovadas investigaciones, su conoci-